

GÊNERO E SAÚDE MENTAL: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES NEGRAS PROFESSORAS UNIVERSITÁRIAS

Flavia da Silva Clemente¹
Leandro Ribeiro Azevedo²
Márcia da Silva Clemente³

Resumo:

O presente artigo versa sobre gênero e saúde mental, a partir do olhar sobre professoras negras universitárias. Os estudos sobre as relações raciais são relevantes aos profissionais que atuam nas políticas sociais públicas no Brasil, haja vista, a formação social e histórica do país produzir desigualdades baseadas na raça e no gênero. Assim contribuir para a visibilidade sobre a desigualdade racial que atinge mulheres negras no espaço universitário, se torna o objetivo do estudo, por entender que elas são o alvo preferencial de práticas racistas. Para tanto, pesquisa bibliográfica sobre gênero, saúde mental e raça se tornam essenciais. Assim, dividimos o artigo em dois tópicos: o primeiro trata do debate de gênero e raça e coloca em evidência a mulher negra. O segundo dialoga sobre trabalho docente e saúde mental, buscando realizar as primeiras aproximações com a realidade vivenciada por mulheres negras professoras universitárias.

Palavras-Chave: gênero; raça; desigualdade; universidade.

Abstract:

This article deals with gender and mental health, from the perspective of black female university teachers. Studies on race relations are relevant to professionals working in public social policies in Brazil, given the social and historical formation of the country that produced inequalities based on race and gender. Thus, to contribute to the visibility of the racial inequality that affects black women in the university space becomes the objective of this study, given that they are the preferred target of racist practices. In this regard, bibliographic research on gender, mental health and race become essential. We divide this article into two topics, the first deals with the debate on gender and race, highlighting the black woman. The second one talks about teaching work and mental health, seeking to make the first approximations with the reality experienced by black female university professors.

Key-words: gender, race, inequality, university

¹Flavia da Silva Clemente é Assistente Social formada pela UFPE em 1998, Especialista em Saúde Pública pela FIOCRUZ. Mestra em Serviço Social pela UFPE, 2008. Doutora em Serviço Social UFPE, 2019. Trabalhou na Faculdade ASCES-Caruaru na função de docente, e desde novembro de 2013, ingressou na UFPE como Professora, em regime de dedicação exclusiva do Departamento de Serviço Social. Fone: (81) 3014-1364, flaviaclemente2000@yahoo.com.br

²Leandro Ribeiro Azevedo é Psicólogo, mestrando em ciências sociais pelo Centro de Arte, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Possui interesse/experiência em determinantes sociais em saúde e vida universitária e saúde mental. Endereço: Programa de Pós-graduação em Ciências sociais – UFRB/CHAL; Fundação Hansen, Rua Treze de Maio, 197-373, Cachoeira-BA. Fone: (75) 99174-1854 E-mail: lean.azevedo@gmail.com

³Márcia da Silva Clemente possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (1999), especialista em direitos humanos pela UFPB (2003 e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). Foi Professora do IMMES (2006-2009). Doutorado em andamento no Programa de Pós Graduação em Serviço Social (UFPE) Atualmente é professora do curso de Serviço Social do Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Fone: (81) 3014-1364 marcia_sclemente@yahoo.com.br

1 Gênero e Raça

Para compreendermos a complexidade da situação social que resultou na desigualdade e discriminação que atingem, sobretudo, as mulheres negras, o diálogo de como as relações de gênero incidem nesse universo é relevante. Nesse bojo, Saffioti (1992) salienta que no modo de produção capitalista os interesses na manutenção dessa desigualdade são importantes, nela é exaltada a superioridade dos homens, ampliando e justificando a desigualdade de gênero e, por esse motivo, é preciso atenção, vez que é importante não ampliar as distâncias entre os gêneros.

Outra questão relevante diz respeito ao patriarcado que se configura num sistema de dominação, modelado pela ideologia machista, e de exploração, tendo a mulher como alvo preferencial, na medida em que ela vende sua força de trabalho e recebe menores salários pelo mesmo, sendo ainda responsável pelas atividades domésticas (SAFFIOTI, 1987). Quando discutem o conceito de gênero, Almeida e Saffioti (1995) realizam o debate, no nosso entendimento, considerando a perspectiva de gênero, raça e classe social, conforme explanam abaixo:

O gênero, assim como a classe social e a raça – etnia, condiciona a percepção do mundo circundante do qual o mundo é apreendido pelo sujeito e logo, a atuação deste sujeito sobre o mundo deriva de sua maneira específica de compreendê-lo. A postura aqui esperada não consiste em reduzir tudo a gênero, mas em afirmar que ele, como também a raça/etnia e a classe social são fundantes das relações sociais, pois regulam as relações homem-mulher, as relações homem-homem e as relações mulher-mulher. (ALMEIDA e SAFFIOTI, 1995, p. 23).

Na sociedade brasileira como também em outras, homens e mulheres não ocupam o mesmo espaço. Como todo processo cultural é apreendido pelos seres inseridos em determinada sociedade, transmitido por gerações que constituem o meio social onde vivem. Assim, a identidade social da mulher, como a do homem, é construída através de distintos papéis, por isso, para Lucena (2010, p.

24) “o gênero, classe, raça/etnia e violência articulam-se na totalidade social e se constroem/reproduzem cotidianamente nos processos de socialização familiar, escolar e na divisão social e (sexual) do trabalho”. Para Muraro (2007, p.47):

[...] Fins do século XX, ainda a relação homem/mulher era uma relação opressora/oprimida e todos também achavam isto natural. Até que as mulheres criaram a categoria gênero, que dava conta das relações de opressão que o patriarcado havia criado não só entre pobres e ricos como também entre homens e mulheres. Esta categoria vem a ser a categoria complementar da classe social e está se mostrando ser ainda mais importante do que ela: se através da luta das classes os seres humanos desejam acabar com as relações econômicas de dominação, através da luta de gênero, as mulheres simplesmente querem acabar com o patriarcado.

Esse debate nos remete ao entendimento de que considerar as interseccionalidades de gênero, raça e classe se torna essencial para o enfrentamento das desigualdades sociais no Brasil. Gênero e raça são conceitos que contribuem na compreensão das desigualdades sociorraciais, culturais e econômicas existentes na sociedade. No que concerne ao gênero corroboramos com a compreensão descrita a seguir:

[...] no plano teórico, o conceito de gênero não substitui a categoria social mulher, tampouco torna irrelevante pesquisas, intervenções e reflexões sobre mulheres enquanto um grupo social discriminado. Ao contrário, permite que se pense essa categoria como uma construção social historicamente específica e como essa construção legitima a situação “real” de discriminação, exploração e subordinação das mulheres. Ao mesmo tempo, a categoria gênero dá conta da diversidade da condição e experiência femininas em sociedades distintas, no tempo e espaço e, ressalte-se, inclusive no seu interior, ao possibilitar a análise de como os recortes de classe, raça e idade, dentre outros, permeiam as vivências de gênero, de sorte a resultarem em experiências femininas bastante distintas.

Nessa perspectiva, portanto, é possível pensar as relações entre os sexos (entre mulheres e homens, bem como entre mulheres e entre homens), ou seja, as relações de gênero, no plano das relações sociais e, assim, como relações determinadas não “naturalmente” pela biologia dos sexos, mas sim por forças sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas, historicamente específicas. (SARDENBERG, 2010, p. 45-46).

Nesse sentido, o gênero é um conceito importante que dissociado da raça e do racismo, em nossa análise, não tem sentido. No caso do Brasil, cujas desigualdades estruturais são latentes, fica-nos evidente que gênero, classe e raça são essenciais para explicar as mazelas que atingem as pessoas negras em nossa sociedade.

No que tange à discussão sobre raça, precisamos realizar inicialmente o debate sobre as raízes históricas da desigualdade social brasileira. É preciso lembrar que para compreendermos a complexidade da situação social dos negros no Brasil hoje, é necessário levarmos em conta, os aspectos concernentes ao passado do escravismo negro, fato determinante para o surgimento dos atos discriminatórios em nosso país.

A constatação acima nos provoca para iniciarmos um debate sobre o significado histórico da escravidão moderna, tendo como alvo preferencial os negros africanos, utilizando vários tipos de violência, tais como: física, sexual, psicológica e o sequestro como meio para atender a um comércio altamente lucrativo. O tráfico de seres humanos também favoreceu a acumulação de capital nas principais metrópoles europeias.

Sabemos que, no Brasil, país em que houve o domínio português, do século XVI ao XIX, o escravismo negro foi um marco histórico que se estendeu por mais de três séculos. Ainda com a singularidade de ter sido a última nação do mundo que concretizou a abolição da escravatura, no ano de 1888.

Os homens negros e as mulheres negras vinham destinados ao trabalho nas lavouras de açúcar ou nos afazeres domésticos.

Frequentemente sofriam maus tratos, açoites, torturas, assassinatos e mutilações. Dessa maneira, eram considerados meros instrumentos de trabalho, uma mercadoria de propriedade dos senhores. Luiza Tucci Carneiro (1994, p.16), ao refletir sobre essa fase, afirma: “[...] As condições insalubres em que viviam e os maus tratos a que eram submetidos, favoreciam a manifestação de doenças e os surtos de insanidade.”

Entendemos que a construção da imagem social do negro foi intimamente ligada a trabalhos braçais, domésticos, manuais. Ou seja, a mentalidade escravista se impregnou em nossa sociedade por séculos, sendo aquela em que se afirma que “isto é trabalho para negro”. Por outro lado, as atividades ligadas às profissões de nível universitário estão naturalmente ligadas ao “branco”, sendo comum encontrarmos uma hegemonia “branca” na universidade.

Dessa forma, concordamos com Inocêncio (1999, p.12):

Por haver uma hegemonia da intelectualidade branca que reduz e minimiza as sequelas do racismo é que o embate no campo das ideias tornou-se um confronto absolutamente desequilibrado, deixando, obviamente, militantes e acadêmicos negros que querem intervir no debate dentro da universidade, em significativa desvantagem.

Esse processo de epistemicídio, de invisibilidade da história e cultura negra, é histórico e permanece ativo com a abolição da escravatura. A abolição trouxe avanços nos termos dos direitos civis, pois, os negros estavam livres, mas no que tange a vida em sociedade eram considerados, “desqualificados” para o trabalho na indústria. Guimarães (2000, p.26) constata:

Apenas a república tardiamente finda a escravidão, a elite se colocou um problema de como integrar simbolicamente e materialmente os negros à nação. As primeiras soluções foram ridículas e cínicas, como costumam ser até hoje: as elites se queixavam e se envergonhavam de não contarem com um povo branco e homogêneo como elas. Um povo pervertido pela escravidão, diziam

alguns; pela raça, dizem outros; pelo primitivismo cultural, diziam ainda outros. À medida que os discursos se repetem sem dar lugar a ações e se rotinizam, todos, como sempre, fogem de qualquer responsabilidade histórica. A solução que continuamos a encontrar foi preservar a dicotomia da ordem social; substituir os negros por uma nova onda de trabalhadores importados, esses livres e brancos; embranquecer a nação pela substituição dos negros e pela mestiçagem sucessiva das gerações futuras.

No Brasil, é complexo e polêmico discutir sobre “racismo” e discriminação “racial”, por se ter um alto índice de miscigenação por um lado e, por outro, pela valorização da chamada “democracia racial”. No entanto, os brancos vivem em melhores condições de vida que índios e negros.

A afirmação de que no Brasil não existe “raça” pura, e sim, um “caldeirão de cor”, faz com que os negros se classifiquem como pardos, pretos, morenos claros e escuros. Isto resulta da ideologia do branqueamento que politicamente fragmentou esse grupo, dificultando sua organização e identidade. Sobre esta questão André (2008, p.146) afirma:

Neste sentido devemos lembrar que a temática da miscigenação relacionada ao negro foi utilizada como ato político, ideológico e racista. No imaginário coletivo brasileiro, o país é conhecido como mestiço, o que de novo, reforça a ideologia e o mito da democracia racial, que, na verdade, tinha intenção de instruir uma identidade Nacional, pensada como possível após algumas gerações, com o embranquecimento da população brasileira.

Ao contrário dessas ideologias, consideramos como negros, os pardos, os morenos e os pretos que conservam, ainda, uma forte herança negra em suas vidas, no que se refere, principalmente, aos âmbitos culturais, físicos, religiosos etc. Entendemos como Carril (1997, p.66) que: “ser negro não corresponde somente à cor da pele, mas envolve um aspecto ideológico.”

Nesse sentido, faz-se necessário tecermos considerações sobre o conceito de “raça” humana. Concordamos com Nascimento (2000, p.97) ao afirmar que: “do ponto de vista da natureza ninguém é melhor ou pior por causa de seus traços ou cor de pele. O racismo é unicamente social, fruto da ignorância e da opressão”. No racismo reside um projeto de poder demarcado pelas opressões de raça, gênero e classe. Frente a essa realidade, destacamos a importância das cotas raciais em concursos públicos e ampliação delas nos cursos de pós-graduação como estratégias fundamentais para a superação do branqueamento universitário. Além disso, é preciso pensar a assistência estudantil e a permanência qualificada de estudantes negras nos cursos de graduação como um caminho indispensável para a garantia de melhor representatividade em médio e longo prazo. Nesse sentido importa discutir nos próximos tópicos o espaço institucional da universidade e o adoecimento ao qual estão submetidos os sujeitos sociais da comunidade universitária; neste estudo nos interessam as docentes negras.

1 Trabalho Docente e Saúde Mental: Primeiras Aproximações

Debates em torno da saúde mental têm crescente visibilidade em tempos atuais tanto nos meios de divulgação acadêmica quanto nos demais canais de comunicação formais e informais da sociedade. Como consequência, novos estudos têm possibilitado o avanço dos saberes sobre o tema em seus inúmeros aspectos. Sabe-se, por exemplo, que adoecimento mental e sofrimento psíquico já estão entre as mazelas mais frequentes e nocivas em todo o mundo e que o número total de acometidos tende a crescer de acordo com dados epidemiológicos internacionais (OMS, 2017).

Contudo, é preciso destacar que embora indivíduos de todas as classes, raças e gêneros estejam sujeitos a este tipo de adoecimento, os diferentes grupos sociais são afetados por

questões de saúde de modo específico, estando as minorias mais expostas a vulnerabilidades. Assim, a posição que os indivíduos ocupam na organização social tem impacto direto na exposição a condições diversas de insalubridade e no nível de acesso a serviços de saúde, configurando um fenômeno conhecido como desigualdade social em saúde. Fatores como riqueza, educação, ocupação, raça e etnia, gênero e condições do local de moradia ou trabalho, são fortes influentes na saúde das populações (BARATA, 2006).

Todavia, as especificidades de muitos grupos sociais ainda permanecem pouco exploradas pela literatura científica, recebendo também pouca atenção das autoridades políticas e profissionais especializadas. Essas lacunas, por sua vez, se materializam em obstáculos práticos ao enfrentamento da problemática, uma vez que as medidas de prevenção de doenças e promoção da saúde devem estar sensíveis ao modo pelo qual esses grupos estão inseridos na estrutura social.

É preciso estabelecer uma demarcação conceitual para o que chamamos de saúde mental. De fato, não há consenso na literatura sobre como a mesma deve ser abordada. Isto parece decorrer, em parte, do impacto dos inúmeros vieses que atravessam a construção teórica dos pesquisadores. Nesse ínterim, embora não seja nosso foco nos aprofundarmos nas diversas possibilidades de abordagem da saúde mental, cabe destacar que a compreendemos como um fenômeno complexo sobre o qual convergem fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais e econômicos. Portanto, deve também contemplar o “bem-estar subjetivo, a autoeficácia, a autonomia, a competência, a dependência intergeracional e a auto-realização do potencial intelectual e emocional” (OMS, 2001, p.18).

Nesta via, nos alinhamos com a perspectiva adotada pela OMS. Embora tal definição tenha sofrido críticas por ser vasta, pouco “operacionalizável” ou mesmo utópica (DALGALARRONDO, 2000), acreditamos que a mesma possibilita um olhar holístico e contextual

sobre a saúde mental. Lembramos que as dimensões físicas, psíquicas e sociais foram ali destacadas em um momento histórico marcado pela oposição ao reducionismo biológico e pela tentativa de ampliar o foco, do individual para o coletivo (MARCONDES, 2004).

Embora os agravos que comprometem a saúde mental possuam uma etiologia multifatorial, o nexos causal entre atividade laborativa e saúde/doença tem sido explorado pela literatura científica desde o século XVII, onde se destaca a obra: *De Morbis Artificum Diatriba* de autoria do médico Italiano Bernardino Ramazzini. O advento da revolução industrial impulsionou ainda mais os estudos acerca desse tema a partir do século XIX (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997). Dejours (1992), pesquisador de grande influência na temática, por exemplo, argumenta que ao surgir conflitos entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico dos trabalhadores, o sofrimento patogênico pode emergir. O próprio estado brasileiro, por meio do Ministério da Saúde, estabelece que o reconhecimento do nexos causal entre a doença e a atividade do trabalhador constitui-se no ponto de partida para o diagnóstico, para as medidas terapêuticas, para o registro de informações e para as ações sanitárias (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001).

No que tange aos transtornos mentais, especificamente, o capítulo, “Transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho”, presente na portaria nº. 1339/99 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1999), enumera alguns transtornos que podem se estabelecer na relação dos indivíduos com o trabalho, como por exemplo: delirium, transtorno cognitivo leve, síndrome de fadiga relacionada ao trabalho, estresse pós-traumático, alcoolismo crônico relacionado ao trabalho, transtornos de humor, transtornos neuróticos, síndrome de *burnout* ou síndrome do esgotamento profissional, entre outros. Codo (2006) ainda ressalta que o trabalho é uma categoria central na constituição da natureza humana e pode interferir em vários aspectos da vida, inclusive naqueles que permeiam o processo

saúde/doença. Ora, uma vez estabelecido que saúde mental e trabalho relacionam-se de modo intrínseco, resta analisar as peculiaridades dessa relação no labor em debate.

Ao se buscar estudos com foco na saúde mental de professores universitários em bases de divulgação científica, é possível encontrar uma vasta literatura. Madel (2005), por exemplo, discute a produtividade e as condições da vida acadêmica. O autor argumenta que o aumento do ritmo das atividades e da exigência por produtividade resulta em sofrimento e prejuízos à saúde dos professores. Para o autor, o trabalho intelectual incorporou a lógica das demais atividades econômicas, especialmente a partir da década de 1970, fazendo com que as universidades se tornassem em um ambiente altamente competitivo e corporativo. O próprio estado, por meio dos editais publicados por suas agências financiadoras, acaba por controlar não só o ritmo mas o modo pelo qual as pesquisas devem ser realizadas e intensifica a concorrência entre pares. Como resultado, além da perda de autonomia, há evidentes prejuízos para a saúde decorrente do estresse a que estão submetidos. Não obstante, destaca que os danos repercutem também na saúde dos alunos e orientandos, na medida em que os professores podem a eles direcionar as tensões e pressões sentidas.

Castiel e Sanz-Valero (2007) corroboram com esse entendimento. Os autores argumentam que a luta por publicações de artigos, que aumenta significativamente a chance de abertura e manutenção de grupos de pesquisa, chegou a um patamar aparentemente irreversível. Como resultado, há perda de qualidade na produção acadêmica e na qualidade de vida dos envolvidos. Assim, ressaltam a importância da desconstrução do modelo neoliberal que naturalizou no ambiente acadêmico o “desperdício de vidas” e a reprodução de iniquidades sociais.

De acordo com Borsoi (2012) a chamada “modernização” adotada pelas universidades caracterizada principalmente pela busca do aumento da eficiência, flexibilização de

atribuições laborativas e estabelecimento de parâmetros de produtividade (número de artigos publicados, horas-aula ministradas, relatórios administrativos e científicos entregues) e redução de custos, transformou as Instituições de Ensino Superior em meras prestadoras de serviços ao mercado. A incorporação dessas características inerentes ao capitalismo não só intensificou o trabalho como também o tornou mais precário. Salas de aulas, laboratórios, bibliotecas estão sucateadas, os serviços se tornaram ainda mais burocráticos, tendo impactos negativos tanto na qualidade do trabalho quanto na saúde dos docentes. A fim de melhor investigar a intensificação do trabalho e suas repercussões na saúde dos professores, o referido autor realizou uma pesquisa junto a 96 docentes da Universidade Federal do Espírito Santo. Os resultados demonstraram que parte significativa das atividades desenvolvidas é vista como desgastante e desnecessária. Em relação aos elementos que causam maiores desgastes, houve prevalência do trabalho em conjunto com colegas, sinalizado por mais de 2/3 da amostra. Como resultado, mais de 80% relataram ter procurado atendimento médico ou psicológico nos últimos dois anos por queixas relacionadas ao trabalho.

Junior (2010), por sua vez, conduziu uma pesquisa junto a 71 docentes de universidade públicas. Os dados obtidos revelaram que um 1/3 dos participantes passaram a apresentar problemas de saúde após o ingresso na universidade. Destes, 15% foram relacionados à organização do trabalho, 5% às condições de trabalho e 2% concomitantemente às condições e à organização do trabalho. Observou-se também o predomínio de distúrbios psicossomáticos como gastrite, úlcera nervosa e fístula intestinal. Além da falta de estrutura para a realização das tarefas e fatores psicológicos relacionados à organização do trabalho foram os fatores com maior relato de descontentamento.

Em outro estudo Coutinho, Magro e Budde (2011) entrevistaram 18 professores de universidades comunitárias de Santa Catarina. A

partir das análises das respostas, os autores identificaram três categorias explicativas, dentre as quais “vivências de prazer e sofrimento psíquico”. Como fatores relacionados a estas vivências, estiveram carga horária, precarização dos contatos, competitividade, pressão por publicação e número de atividades a serem realizadas. Em pesquisa com método semelhante, além de identificar cargas horárias que superavam 60 horas semanais, Bernardo (2014) também observou alta frequência de relatos de desgaste mental e sensação de incapacidade entre professores.

Embora esses estudos representem apenas uma pequena parcela da literatura disponível sobre o tema, podemos tomá-los como uma espécie de ilustração do “estado da arte” das investigações sobre saúde mental e trabalho docente, na medida em que os modelos teórico-metodológicos e os resultados tendem a se repetir. A precarização das condições de trabalho, especialmente no que se refere à carga horária; a aceleração do ritmo das atividades; a competição entre departamentos e colegas; e condições defasadas de infraestrutura nas universidades são quase unânimes. No entanto, o produtivismo ocupa posição de destaque tanto por ser o mais citado, quanto pelo peso a ele atribuído nas vivências de adoecimento e sofrimento.

Contudo, não devemos incorrer no erro de considerar os docentes como um bloco homogêneo. Apesar de existir relativa quantidade de estudos sobre saúde mental entre docentes universitários, categorias como raça e gênero quase nunca são postas em análise. As especificidades de possíveis grupos, quando levadas em conta, tendem a recair apenas sobre o regime contratual e as áreas de conhecimento ou departamento em que os professores atuam, apesar da raça e gênero não serem considerados importantes preditores epidemiológicos.

De acordo com Lopes (2005), por exemplo, a população negra possui experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer. São observados nessa população maiores índices de

depressão, alcoolismo e transtornos adaptativos comuns; e menores índices de autoestima e bem-estar psicológico (FARO; PEREIRA, 2011). No caso das mulheres negras, mais especificamente, pesam também sobre elas a violência de gênero em suas inúmeras facetas. Assim, são propostas reflexões sobre o modo pelo qual o entrelaçamento de raça, gênero, e trabalho docente de nível superior repercutem na saúde mental de mulheres com esse perfil.

1.1 Mulheres Negras e Trabalho Docente

O racismo se reflete no acesso ao ensino superior; embora a legislação brasileira assegure a equidade e a universalidade, o país está longe de garantir seu acesso igualitário e de qualidade.

No que se refere ao debate sobre a educação superior e desigualdades raciais a Constituição Federal do Brasil, de 1988, contém todo um capítulo sobre o direito à educação, à cultura e ao desporto, não restringindo o seu exercício em função do gênero, de classe e da etnia. Estabelece em seu Artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. O principal objetivo da formação educacional é o pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O Artigo 206 enumera os princípios norteadores da educação, enfatizando a necessidade de ser garantida a igualdade de condições para o acesso e a permanência no estabelecimento de ensino.

Entendemos que o aprofundamento do debate sobre discriminação racial no Brasil foi um dos principais avanços conquistados da última década, a partir da Conferência contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, África do Sul em 2001. Essa conferência refletiu a preocupação, pelo aspecto de estabelecer medidas de recusa ao racismo no Brasil e a reparação aos dez milhões de africanos e africanas, que foram submetidos à tortura, estupro, escravidão, perseguição religiosa, exploração e que ainda hoje sofrem com o fenômeno do racismo estrutural, que continua caracterizando nossa sociedade. A Conferência de Durban recomenda que os países signatários proponham e executem ações afirmativas, estas, de acordo com Valdecir (1998) tratam de:

Qualquer política que vise favorecer grupos socialmente discriminados por motivo de sua raça, religião, sexo, etnia e que, em decorrência disto, experimentam uma situação desfavorável em relação a outros segmentos sociais. Ação afirmativa também é chamada de discriminação positiva. Implica na

formulação de políticas abertamente não universais, visando beneficiar de forma diferenciada, grupos discriminados, de modo a permitir que, no médio e longo prazo, eles possam alcançar as condições econômicas, sociais e culturais equânimes. (VALDECIR, 1998, p. 23).

As premissas das ações afirmativas são o reconhecimento de que as pessoas sujeitas à desigualdade devem receber tratamento diferenciado e a promoção da justiça social. As disparidades ainda persistem, apesar dos avanços sociais, econômicos e políticos oriundos da adoção das ações afirmativas.

Entre as mulheres negras, a desvantagem é ainda mais alarmante, principalmente na docência; essa realidade é visível no cotidiano das universidades. Oliveira (2006) aponta no livro *Mulher negra professora universitária, trajetória, conflitos e identidade*, “que a mulher negra mesmo possuindo qualificação e titulação acadêmica, a mulher negra não está imune aos tratamentos discriminatórios destinados aos negros e à mulher em nossa sociedade” (OLIVEIRA, 2006, p. 99).

Nesse universo, são as mulheres negras que vivenciam as maiores dificuldades. O processo discriminatório que as atinge é tão perverso que avança para a dimensão das relações sócio afetivas. A resultante desse processo tem sido a ampliação do isolamento afetivo da mulher negra, com consequências na sua vida em sociedade. E longe de uma análise descontextualizada, a-histórica, é preciso ressaltar que esse fenômeno tem raízes históricas, sobretudo no período do escravismo. Percebam que a preterição da mulher negra está presente em todas as dimensões da sociedade, sendo importante a dimensão da afetividade conforme relata hooks (2010).

O amor precisa estar presente na vida de todas as mulheres negras, em todas as nossas casas. É a falta de amor que tem criado tantas dificuldades em nossas vidas, na garantia da nossa sobrevivência. Quando nos amamos,

desejamos viver plenamente. Mas quando as pessoas falam sobre a vida das mulheres negras, raramente se preocupam em garantir mudanças na sociedade que nos permitam viver plenamente. Geralmente enfatizam nossa capacidade de —sobreviver! apesar das circunstâncias difíceis, ou como poderemos sobreviver no futuro. Quando nos amamos, sabemos que é preciso ir além da sobrevivência. É preciso criar condições para viver plenamente. E para viver plenamente as mulheres negras não podem mais negar sua necessidade de conhecer o amor (HOOKS, 2010, p. 6).

As contribuições de FANON (2008), que escreveu, em 1952, o livro, *Pele negra, máscaras brancas*, nos parece revelador dos processos de lutas e resistências que os negros e negras realizam quando analisa o romance autobiográfico denominado *Je suis Martiniquaise*:

O retrato exibido neste livro revelava uma história diferente. Mostrava como a ideologia que ignorava a cor podia apoiar o racismo que negava. Com efeito, a exigência de ser indiferente significava dar suporte a uma cor específica: o branco. [...] (FANON, 2008, p.14).

Não levamos a ingenuidade até o ponto de acreditar que os apelos à razão ou ao respeito pelo homem possam mudar a realidade. Para o preto que trabalha nas plantações de cana em Robert só uma solução, a luta. E essa luta, ele a empreenderá e a conduzirá não após uma análise marxista ou idealista, mas porque, simplesmente, ele só poderá conceber sua existência através de um combate contra a exploração, a miséria e a fome. (FANON, 2008, p. 185).

Por outro lado, documentos e legislações são representativos dessa luta pela garantia da igualdade de gênero e racial, como a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação (1965); III Conferência Mundial de Combate à Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância Correlatas (2001), Estatuto da Igualdade Racial (2010), Convenção para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW (1979)

e Convenção Interamericana para Punir, Prevenir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994).

Na quarta edição do Relatório sobre o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPPIR, em 2011, se pode identificar em relação à educação que:

Ao longo dos anos, identificam-se avanços graduais nos números da educação no país; contudo, observa-se a manutenção das desigualdades que têm, historicamente, limitado o acesso, a progressão e as oportunidades, principalmente da população negra, de nordestinos e da população rural na educação. Como demonstrou a 3ª edição do Retrato das Desigualdades, em grande parte dos indicadores educacionais, as mulheres se sobressaem aos homens. No entanto, o tema de gênero não está resolvido nesta área, sobretudo, porque muitos são os desafios marcados pelo sexismo enfrentado pelas mulheres nos bancos escolares e na carreira acadêmica, com atenção especial à situação das mulheres negras, que estão em desvantagem em relação às mulheres brancas e homens brancos em todos os indicadores. (IPEA, 2011, p. 20-21).

Dentre os indicadores apresentados pelo relatório, destacamos também o que versa sobre pobreza, distribuição e desigualdade de renda, pois descreve que:

Os negros apresentam, em média, 55% da renda percebida pelos brancos em 2009; no entanto, em 1995, a razão de renda era ainda menor (45%). A pirâmide social, esculpida pelas variáveis renda, sexo e raça, sofreu pequena alteração. Se, em 1995, os homens negros tinham rendimentos superiores aos das mulheres brancas, ao longo do tempo, passam a receber ligeiramente menos, tendência que se pronuncia a partir de 1999. Em 2009, a mulher branca correspondia 55% da renda média dos homens brancos; para os homens negros, o percentual foi de 53%. No entanto, as mulheres negras, em que pesem o aumento da renda e a redução da desigualdade, permanecem bem isoladas na base da

hierarquia social (sua renda média equivalia a 18% dos rendimentos percebidos pelos homens brancos, em 1995, e chega a 30,5% em 2009). (IPEA, 2011, p. 35).

Esses dados reiteram a importância do desenvolvimento de estudos que possibilitem a visibilidade das lutas de mulheres negras pela conquista de direitos, diante do contexto histórico de desigualdade e discriminação racial que vivenciam.

Novamente contamos com as reflexões de FANON (2008), acerca da sociedade burguesa que gera desigualdade, pobreza e miséria, exigindo das populações atingidas, dentre elas as mulheres negras, a construção de alternativas para superação de sua condição nessa sociedade.

[...] A alienação intelectual é uma criação da sociedade burguesa. E chamo de sociedade burguesa todas as que esclerosam em formas determinadas, proibindo qualquer evolução, qualquer marcha adiante, qualquer progresso, qualquer descoberta. Chamo de sociedade burguesa uma sociedade fechada, onde não é bom viver, onde o ar é pútrido, as ideias e as pessoas em putrefação. E creio que um homem que toma posição contra esta morte, é em certo sentido, um revolucionário. (FANON, 2008, p. 186).

Neste âmbito, destacamos a imprescindibilidade em conhecer de maneira aprofundada o modo de produção capitalista enquanto elemento que tem o potencial de indicar os caminhos para sua superação, como um passo significativo na trajetória em busca da igualdade racial. Assim, as trajetórias de mulheres negras na universidade são marcadas pelo constante enfrentamento do racismo e machismo presentes na estrutura do ambiente. Mesmo aquelas que conseguem permanecer na academia e atingir o nível docente não estão livres das consequências destes fatores que podem impactar, em outros aspectos, em sua qualidade de vida e saúde mental.

Portanto, é preciso questionar os mitos da “democracia racial” e da “igualdade de oportunidades” nas universidades e refletir sobre o modus operandi da violência de gênero e do

racismo nestas instituições. Esta tarefa esbarra no primeiro desafio de, como afirma Almeida (2017), admitir que justamente o lugar que representa o mais alto nível de educação em nossa sociedade seja um permeado por constantes assédios e ameaças. As poucas publicações acessíveis sobre o tema, revelam que o assédio moral contra docente e demais funcionárias é uma realidade no país. Além disso, cabe atentar para as violências simbólicas, muitas vezes naturalizadas no ambiente, e o sistema de gestão que, embora aparentemente não discrimine os docentes de acordo com gênero e raça, acaba reforçando as sobrecargas em professoras com este perfil na medida em que delas são exigidas e esperadas as normas de produtividade e ritmo de trabalho que desconsideram os seus papéis socialmente instituídos de cuidadora familiar, sendo avaliadas da mesma forma que seus colegas homens mesmo quando estão em licença maternidade (Leal, Antloga, Carmo e Moreira, 2017). Deste modo, sabendo-se que a valorização docente se dá principalmente em termos de quantidade de orientações, artigos, livros e relatórios concluídos fica evidente que as superjornadas se somam aos demais condicionantes misóginos que impedem, inclusive, o exercício de cargos de chefia e devida progressão acadêmica.

Como consequência o desgaste mental destas servidoras tende a se acentuar. De acordo com (LEAL et al., 2017), depressão, baixa concentração, ideias suicidas, consumo de drogas, síndrome do pânico, melancolia, distúrbios do sono, reações de medo e insegurança e isolamento social são algumas consequências psicológicas observadas entre professoras e docentes. Ressalta-se que a autora não considerou a questão racial em sua análise e, com base na literatura sobre raça e saúde mental, é possível supor neste público a situação seja ainda mais grave.

Não obstante, é preciso atentar para o lugar designado socialmente para as mulheres negras e suas trajetórias pessoais de vida que atravessam as suas experiências como professoras. Em pesquisa realizado junto mulheres professoras

negras de universidades privadas da cidade de Sorocaba-SP, Crisostomo e Reigota (2010) observaram que a pouca escolaridade dos pais e avós dos sujeitos da pesquisa fazia aumentar a ênfase do papel dos estudo como uma estratégia de enfrentamento das discriminações raciais, de gênero e de preconceito, bem como de ascensão social. Imbuídas da missão de enfrentar todos estes obstáculos, o sofrimento vivido tendiam se expressar como formação reativa (na perspectiva freudiana). Outrossim, destacamos que uma vez que ser professora de nível superior contraria as expectativas socialmente atribuídas a mulheres negras, essas trabalhadoras ainda necessitam constantemente se legitimar no espaço acadêmico predominantemente branco. Além disso, a pouca representatividade feminina negra nas carreiras docentes, pode dificultar organizações coletivas para o enfrentamento do problema e desestimular estudantes que não se veem representados no espaço.

Referências

- ALMEIDA, Tânia Mara C. Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, C. et al. (Org.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 384-399.
- ALMEIDA, Suely Souza de. SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Violência de gênero: Poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- AMARO, S. A questão racial na Assistência Social: Um debate emergente. *Revista Quadrimestral de Serviço Social*, Ano XXIV – n. 79 – setembro 2004.
- Anúncio na Internet vende Negro a R\$ 1. Jornal Folha de Pernambuco. *Caderno Últimas Notícias*. 11.01.2014. Disponível em: www.folhaonline.com.br. Acesso em 12 jan 2014.
- ANDRE, Maria, C. *O Ser Negro: a construção de subjetividades em afro-brasileiros*. Brasília, LGE, Editora, 2008.
- BARATA, R. B. Desigualdades sociais e saúde. In: CAMPOS, G.W.S. et al. **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: HUCITEC, Rio de Janeiro: Ed Fiocruz, 2006, 861p.
- BARBIERE, T. Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológico. In: *Revista Interamericana de Sociologia*. Ano VI, n. 2-3 (segundo semestre), maio-dezembro/1992. Publicada pelo Instituto Mexicano de Cultura e Associação Mexicana de Sociologia.
- BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*; v. 26, (n. esp), p. 129-139, 2014.
- BORSOI. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 15, n. 1, p. 81-100, 2012.
- BRASIL. Ministério da saúde. *Doenças relacionadas ao trabalho – manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília-DF: 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria Federal nº 1.339/GM - MSde 18 de novembro de 1999*. Brasília, DF: 1999.
- BUARQUE, Cristina. *Das Lutas à lei: uma contribuição das mulheres à erradicação da violência*. Secretaria da Mulher, Recife: 2011. 192 P.
- CARNEIRO, M. L. T. *O racismo na história do Brasil: mito e realidade*. São Paulo: Ática, 1994.
- CASTIEL, L. D; SANZ-VALERO, J. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica?. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, V. 23, N.12, p. 3041-3050, 2007.
- CARRIL, Lourdes. *Terra de pretos: herança de quilombos*. São Paulo, Scipione, 1996.
- CERVO, A. L; BERVIAN, P. A; SILVA, R. da. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice hall, 2007.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1980.

CLEMENTE, M. S. *As Políticas Afirmativas de Educação Superior no Brasil: um estudo sobre as formas de aceitação/negação do negro e da negra na Universidade do Estado da Bahia – UNEB.* Dissertação de Mestrado, UFPE, 2005.

CODO, W. *Por uma psicologia do trabalho: Ensaio recolhido.* São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. 2006.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, Declaração e Plano de Ação, Brasília, Ministério da Cultura e Fundação Cultural Palmares, 2001.

COUTINHO, M.C; MAGRO, M.LP; BUDDE, C. Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. *Psicologia: Teoria e Prática*, v, 13, n. 2, p.154-167, 2011.

CRISOSTOMO, M.A.S; REIGOTA, M.A.S. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 2, p. 93-106, jul. 2010.

DALGALARRONDO, P. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.* Porto Alegre: Editora Artes Médicas do Sul, 2000.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.* São Paulo: Cortez-Oboré. 1992.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas.* Tradução de Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA, 2008.

FARO, A; PEREIRA, M. A. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia*, v. 3, n.16, p. 271-278, 2011.

GUIMARÃES, A. Huntley, L. (org). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil.* São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000.

HOOKS, B. *Vivendo de Amor.* Geledés, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 29 out. 2020

INOCÊNCIO, M. 50 anos depois: relações sociais e grupos socialmente segregados. IN: artigo do Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1999.

IPEA. Relatório sobre o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres – SEP e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, em 2011.

IPEA, Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.

JUNIOR, G. O. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 13, n. 1, p. 133- 148, 2010.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de Metodologia Científica.* 5. ed. São Paulo : Atlas 2003.

LEAL, D.F; ANTLOGA,C.F; CARMO, M.M; MOREIRA, R. S. Gênero e assédio moral no trabalho: cenário das universidades brasileiras. . In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E.; PORTELA, C.(Org.). *Mulheres e violências: interseccionalidades.* Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 36-49.

LOBO, A; SILVA, G; GUEDES, M. *O “caça às mulatas” e a luta feminista.* Disponível em: www.brasildefato.com.br. Acesso em: 06 dez. 2013.

LOPES, F. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. *Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade /* Fundação Nacional de Saúde. - Brasília: Funasa, 2005.

LUCENA, M de F, G. *Saúde, gênero e violência: um estudo comparativo Brasil/França sobre a saúde da mulher negra*. Recife: EDUFPE, 2010.

MADEL, T. Prometeu Acorrentado: Análise Sociológica da Categoria Produtividade e as Condições Atuais da Vida Acadêmica. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1, pp. 39-57, janeiro-junho, 2005,

MARCONDES, W. B. A convergência de referências na promoção da saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n.1, p. 5-13, (2004).

MINAYO-GOMEZ, Cecília; THEDIM-COSTA, S. M. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco. 1999.

MURARO, Rose Marie. Educando meninos e meninas para um mundo novo. *Um novo mundo em gestação*. Rio de Janeiro: 2007.

NASCIMENTO, Flávio. IN: *Revista Raça Brasil*, dezembro, 2000.

OLIVEIRA, Eliana, de. *Mulher negra professora universitária, trajetória, conflitos e identidade*, Liber Livro Editora, 2006.

OMS – Organização Mundial de Saúde. *Relatório sobre a saúde no mundo 2001 - saúde mental: nova concepção, nova esperança*. Genebra: OMS, 2001.

OMS- Organização Mundial de Saúde. *World health statistics 2017: monitoring health for the SDGs, Sustainable Development Goals*. France: OMS, 2017.

PIOVESAN, Flávia. *Igualdade de Gênero na Constituição Federal: Os direitos civis e políticos das mulheres no Brasil*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-igualdade-de-genero-na-constituicao-federal-os-direitos-civis-e-politicos-das-mulheres-do-brasil/view>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In: _____ et al, . *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 31-42.

SARDENBERG. Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero aportes conceituais e prático-políticos. In: *Travessias de gênero na perspectiva feminista / Ivia Alves, Maria de Lourdes Scheffler, Petilda Serva Vasquez e Silvia de Aquino, organizadoras*. - Salvador:EDUFBA/NEIM, 2010. 330 p. – (Coleção Bahianas; 12).

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

_____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

_____. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, A. de O. BRUSCHINI, C. (org.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas 1992.

SALES JÚNIOR, R.L. de. *Raça e Justiça: O mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

VALDECIR. *Direito a Moradia e Territórios Étnicos: proteção legal e violação do direito das comunidades quilombo Brasil*, 1998.